

O futuro da família*

Louis Roussel**

Nos povos democráticos, há constantemente novas famílias que surgem do nada, outras que sucumbem, e todas aquelas que perduram mudam de rosto; a trama do tempo rompe-se a todo o momento e o vestígio das gerações apaga-se... apenas os que nos são mais próximos nos interessam".

Alexis de Tocqueville

Alexis de Tocqueville, de quem utilizamos algumas hipóteses, anunciou por volta de 1840 que a sociedade igualitária e democrática desenvolveria novas formas familiares mais estreitas e menos ciosas em reproduzir o passado¹. Esta evolução já se desenhava numa parte da população francesa, mas o século seguinte confirmou-a amplamente²: ainda que sob formas diferentes, as famílias dos países industrializados mostraram-se mais preocupadas com a intimidade do que com grandes solidariedades e mais viradas para a promoção do que para a tradição. Alguns rumores anunciavam, por outro lado, que a família estava em vias de morrer. Na realidade, parecia que essas transformações, ao invés, a fortaleciam. Não foi Talcott Parsons que, por alturas de 1950, apresentou um modelo familiar teoricamente ajustado ao funcionamento de uma sociedade industrial?

E eis que, passado um quarto de século, os equilíbrios que pareciam assegurados se revelam frágeis. Em poucos anos, sem que isso tenha sido previsto, os comportamentos modificam-se profundamente e perdem a sua pregnância; instituições tão imemorais como o casamento declinam. Alguns inquietam-se; outros regozijam-se. Todos gostariam de saber se as turbulências actuais constituem um acidente passageiro ou anunciam mudanças duráveis, e neste caso, interrogam-se sobre o sentido da próxima evolução. Será lícito tentar responder a estas questões?

Alguma reflexão sugere que convém não o fazer. Não estamos nós ainda a contas com esse tumulto de mudanças? Não será melhor aguardar o fim das agitações para tentar então fazer o balanço? E mesmo agora, não será essa tentação de ver para além do presente um pouco irrisória? Não está a história recente, tanto a da demografia como as outras, repleta de profecias que se revelaram erróneas e de mudanças importantes que não haviam sido previstas?

* Tradução de Miguel Wandschneider. Revisão do Conselho de Redacção

** Conselheiro científico no Institut National d'Etudes Démographiques (INED, França) e autor de *La famille incertaine*. Paris, Odile Jacob, 1989

Na realidade, a escolha entre formular ou não perspectivas pouco nos é deixada. Quer queiramos quer não, somos constringidos a fazer-nos uma representação do futuro. Não nos obriga a simples análise da situação presente a atribuir às tendências que observamos um coeficiente mais ou menos elevado de inércia? Recusar reflectir sobre o futuro é pois, também, renunciar a compreender o presente.

Recusar toda a abordagem prospectiva é, de novo, abandonar-se ao inesperado e contentar-se em não jogar na evolução mais do que um papel de simples figurante. Pretender ser actor é, antes de mais, representar o futuro e saber como reagir a ele. Impossível, portanto, renunciar à tentativa arriscada de imaginar o futuro a partir do presente.

É todavia necessário fazê-lo com muita prudência. Não se pode atribuir um mesmo grau de fiabilidade a todas as conclusões desta análise prospectiva do presente. Criar-se-ia, desse modo, uma amálgama de proposições com graus de probabilidade muito diversos. Interessa pois, desde logo, distinguir as previsões seguras, que se baseiam em situações já consolidadas, das meras hipóteses que a situação actual torna simplesmente possíveis³.

O certo

A demografia não estuda apenas comportamentos, acerca dos quais poderíamos pensar que se modificam rapidamente, mas também estruturas, sedimentações estáveis de comportamentos passados. Não existe qualquer risco de erro em prever o envelhecimento, daqui a vinte anos, das estruturas presentes, e em fazermos uma ideia de como o tempo, nesse período, as terá transformado. Assim, sabemos desde já como evoluirá até ao ano 2020 a relação 60 anos e mais/20-59 anos: passará, aproximadamente, de 36% para 51%.

Os problemas sócio-económicos induzidos por esta evolução, e em particular o equilíbrio dos recursos entre os diversos grupos de idade, só indirectamente afectam o funcionamento da família. Em contrapartida, o aumento, desde há duas décadas, da esperança de vida aos 60 anos, modificará sem dúvida alguma as relações inter-geracionais no interior da família. Com efeito, as famílias de quatro gerações simultâneas vão continuar a multiplicar-se até serem as mais frequentes. É evidentemente difícil determinar com exactidão as modificações relacionais desencadeadas por essa transformação morfológica. Sabe-se, no entanto, que será cada vez mais frequente um homem ou uma mulher de 60 anos terem, simultaneamente, uma mãe de 85 anos e um ou dois netos com idade inferior a 10 anos. Será preciso conceder à mãe, no momento em que a sua autonomia vai diminuindo, os cuidados e o reconforto que ela espera do filho ou da filha. Ao mesmo tempo, os netos estarão presentes, exigindo igualmente afecto, atenção e disponibilidade. Não haverá, de algum modo, junto daqueles que estão em vias de entrar na velhice ou que acabam de fazê-lo, concorrência entre a mais nova e a mais velha das

gerações na economia afectiva? Uma solidariedade partilhada entre ascendentes muito velhos e descendentes muito novos dará origem, por vezes, a problemas difíceis. Não é já hoje cada vez mais frequente ver mães idosas a requisitar as filhas⁴ de 50 ou 60 anos, esperando receber delas serviços, visitas, cuidados, de algum modo cativando-as? Estas situações irão multiplicar-se e tornar-se tanto mais pesadas quanto os irmãos chegados partilharem cada vez menos esse encargo.

Outra previsão: a grande maioria das crianças que hoje têm 10 anos não terão mais de um irmão ou irmã. Metade dos irmãos será, pois, do mesmo sexo. Nestas condições, e ao contrário do que acontece em famílias "numerosas", eles serão incapazes de se tornarem instâncias consistentes e suficientemente solidárias para limitar a dependência afectiva em relação aos pais. Psicólogos e sociólogos têm salientado as diferenças sensíveis que existem, nos resultados da socialização, entre um quadro de educação onde o grupo de pares é importante e uma família estreita: no primeiro caso, maior estabilidade, mas menos regalias; no segundo, mais realizações, menor integração social e maior fragilidade psíquica⁵.

Por outro lado, o prolongamento de uma natalidade fraca levará, progressivamente, a uma diminuição no número de tios, tias, primos e primas. Também aqui é difícil medir as consequências de uma tal evolução. Tios, tias, primos e primas jogavam na socialização das crianças um papel muito importante, especialmente por relativizarem a influência do pai e da mãe. Iremos assistir, por conseguinte, a um retraimento das relações colaterais e a um refluxo dos investimentos afectivos nas relações ascendentes/descendentes, logo, a uma maior dependência afectiva das crianças em relação aos respectivos pai e mãe. Por pouco que a mobilidade residencial aumente, muitos só encontrarão os seus colaterais por ocasião de casamentos ou funerais. Tios, tias e primos terão deixado de ser familiares preferenciais.

Uma outra evolução está já, igualmente, inscrita nos factos. A todos os níveis de ensino, as raparigas escolarizadas são doravante tão numerosas, senão mesmo mais numerosas do que os rapazes. Não se pode daí concluir que haverá, a curto prazo, igualdade nas situações profissionais, mas a tendência actual de uma promoção colectiva das mulheres encontrar-se-à certamente amplificada: as suas responsabilidades na economia serão cada vez mais importantes, e todos nós sabemos que esta situação tem repercussão na definição dos papéis no casal, nas expectativas recíprocas e, finalmente, no equilíbrio do sistema familiar. Não estamos absolutamente seguros de que irá aumentar a igualdade entre homens e mulheres, mas é já um dado adquirido que as mulheres terão, cada vez mais, os meios de a exigir.

O resultado destas previsões "seguras" pode parecer ligeiro. Ele é sobretudo impreciso, no sentido em que, se sabemos bem que novos constrangimentos pesarão sobre a família nos próximos anos, não podemos dizer como a população reagirá. O que conhecemos assim, de dedução segura, não é o que acontecerá, mas sim os problemas com que nos iremos confrontar.

Não temos certezas quanto às escolhas que acabarão por ser feitas para regular as novas condições, mas alguns critérios são mais prováveis do que outros: de facto,

eles estão já fortemente instalados nas nossas mentalidades. Vejamos então o que, actualmente, tende a determinar o provável de amanhã.

O provável

Será que existem, no presente, inércias que vão pesar sobre o futuro e tornar certos acontecimentos mais prováveis do que outros? Ou será que o futuro não é feito senão de acasos imprevisíveis? O postulado aqui retido é que existe uma certa continuidade radical do tempo e que não abordamos uma época nova senão através do peso das aquisições, das mentalidades, das imagens colectivas "enraizadas", por assim dizer, nos decénios anteriores. Cada geração dispõe à partida de um capital que pode ter a ilusão de recusar mas do qual parte necessariamente, mesmo que para progressivamente o dissipar. Os próximos vinte anos serão, deste modo, marcados pelo que se acumulou nos últimos vinte anos. E a única maneira de apreender o provável é compreender o que de fundamental se passou recentemente.

As grandes tendências recentes

Não iremos aqui fazer o balanço detalhado das transformações demográficas ocorridas nos últimos dois decénios⁶. Assinalemos simplesmente algumas ordens de grandeza. Onde a escolha dos indivíduos é decisiva, as modificações foram consideráveis. A natalidade baixou mais de 25% em muitos países da Europa. A divorcialidade triplicou: em França, por volta de 1960, um em cada dez casamentos, em média, terminava em divórcio; actualmente, a proporção é de um para três. No passado, as pessoas casavam-se cedo e o celibato era excepcional; actualmente, a idade média do casamento aumentou muitos anos e são cada vez mais numerosos os que vivem sozinhos ou em uniões de facto. Mas a mudança sem dúvida mais sugestiva consistiu no aumento da percentagem das crianças nascidas fora do casamento, passando de 7% para 28% em França e atingindo 50% na Suécia. Resumindo, as mudanças quantitativas são de uma tal amplitude que encobrem, na realidade, evoluções qualitativas. Pode bem falar-se de aumento dos divórcios, de diminuição dos casamentos. Mas de facto não são nem os mesmos divórcios, nem os mesmos casamentos que existiam há trinta anos atrás. Não derivam todas estas transformações, grosso modo, de uma mesma mutação fundamental?

Parece-nos que se deu uma modificação central. Ela consiste no seguinte: as relações familiares, e em especial as conjugais, deixaram de ser definidas pelas *instituições* para passarem a ser reguladas por *pactos*. Quem diz instituição, diz norma pública que se impõe aos indivíduos. Quem diz pacto, designa um acordo privado entre particulares. Neste ponto, será sem dúvida necessário acrescentar algumas clarificações e reservas. A instituição não se impõe somente do exterior: ela é aceite, interiorizada, não como um constrangimento, mas como um dado natural. Quanto ao pacto, seria fácil mostrar que o seu "particularismo" se inscreve

no interior de normas geralmente aceites numa dada sociedade e que se inspira num modelo social de equidade⁷. Existem normas que não são instituições. Elas impõem-se aos indivíduos sem referência a um sistema de justificações. A procura da felicidade no casamento é uma norma social, não uma instituição. Dizer que a família se desinstitucionaliza não é negar que ela se conforma a normas. Em relação aos comportamentos familiares, a passagem da conformidade com as instituições para a negociação de um pacto significa, na realidade, que a maioria dos nossos contemporâneos considera a família como um "domínio reservado" cuja organização a eles compete regular soberanamente. As mudanças nesse domínio não seriam mais pontuadas pela transposição de fronteiras irreversíveis, como era o casamento noutros tempos, mas decididas pelas partes envolvidas; poderão, a todo o momento, ser postas em causa por um dos parceiros. No essencial, o desenrolar da vida familiar era, há pouco tempo, de uma vez por todas e para todos, determinado à partida. Hoje em dia, cada casal deve inventar e reinventar continuamente a sua própria fórmula de solidariedade e os critérios comuns de escolha. Na nossa vida familiar, não queremos mais ser governados por leis, mesmo se estas se tornam, neste domínio, cada vez mais discretas.

Como é óbvio, não se pretende aqui avançar uma explicação precisa para uma mudança tão complexa. Pretende-se tão somente, porque isso contribui para a definição do provável, estabelecer algumas coordenadas para a reflexão. À primeira vista, parece que não lidamos com uma transformação circunscrita ao campo da família, mas, antes pelo contrário, com uma modificação geral das atitudes face a todas as instituições. As pessoas acomodam-se geralmente a elas quando estas passam a ser tidas como necessárias à vida em sociedade. Procuram ainda contorná-las, relativizá-las, preocupadas que estão em recolher delas as vantagens, embora de modo algum apressadas em aceitar os seus constrangimentos. Mostram-se impacientes por controlar o seu destino, por agir mediante escolhas, em suma, por viver equilibradamente. Esta vontade manifesta-se, particularmente, na vida familiar; julgamos que aí nos podemos comportar à nossa vontade sem lesar seja quem for. Esta reivindicação encontra-se tanto mais justificada quanto se trata de um espaço onde as expectativas são muito vivas e onde a lei aparece como um instrumento de alienação. Mas aquilo a que assistimos, na realidade, é a uma desvalorização muito mais generalizada da lei. O caso da família não representa mais do que uma situação limite. É preciso encontrar, de igual modo, uma explicação para esta perda geral da pregnância das instituições.

As razões da mudança

Desde o começo da modernidade que as instituições se fundavam sobre grandes narrativas, religiosas ou filosóficas, que associavam a felicidade individual ao bem-estar colectivo, o respeito individual pela lei ao bem geral. A solidariedade do privado e do público, aceite por todos, tornava cada um simultaneamente actor e beneficiário do progresso social. A ordem não era mais vontade de imobilismo⁸ mas, sob formas diversas, projecto de história e promessa de felicidade.

Esta concepção da vida foi-se desmoronando progressivamente e, desde há meio século, de maneira acelerada. Uma certa inércia cultural pôde, durante algum tempo, criar a ilusão de que nada havia mudado. Mas foi preciso aceitar a evidência de que tinham desaparecido as certezas fundadoras, as mesmas que, ainda há um século atrás, sustentavam a lei e garantiam a conformidade a ela. O descrédito dos próprios fundamentos da modernidade explica-se, sem dúvida, pelos sucessivos desmentidos que a história recente opôs às esperanças passadas.

Que o progresso tivesse que sofrer algumas doenças infantis, todos estavam prontos a admiti-lo. As descobertas da ciência testemunhavam, de qualquer modo, o sentido necessário da história: o de um progresso indefinido. Bastaria um pouco de paciência.

Deu-se entretanto a Grande Guerra, que, no pensamento dos combatentes, deveria ser o último sobressalto da violência. Seguiu-se a grande crise dos anos trinta. E depois a "Segunda" Guerra Mundial, com as suas carnificinas industriais. Os "Trinta gloriosos" trouxeram, sem dúvida, a uma pequena parte da humanidade e em proporções inesperadas, bem-estar, saúde, riqueza. Não conseguiram, no entanto, restaurar a confiança no futuro, nem restabelecer, bem pelo contrário, a confiança nas ideologias. Comparados com os nossos pais, comparados também com as populações do Terceiro Mundo, tornámo-nos consumidores privilegiados. Não nos convencemos, porém, nem da nossa felicidade nem da viabilidade do nosso sistema. Não acabámos nós, uma vez mais, de constatar a sua fragilidade? Objectar-se-á que o século vinte não tem o monopólio das catástrofes e que, feitas as contas, a peste foi talvez mais devastadora do que a Sida, e a Guerra dos Trinta Anos tão mortífera quanto os nossos conflitos actuais. Sem dúvida. Mas a diferença não radica em intensidades dificilmente mensuráveis. Ela deve-se, antes, ao facto de as calamidades do passado poderem ser interpretadas segundo uma grelha coerente com o sistema das representações colectivas da época. Provações, punições ou advertências de Deus, as catástrofes tinham o seu lugar numa ordem natural. Mais do que enfraquecerem, elas reforçavam a ideia de uma condição humana precária e de uma sociedade que não podia sobreviver senão através de instituições austeras.

Em contrapartida, as catástrofes do nosso século não se deixam interpretar à luz de um sentido recuperável pela nossa cultura. Elas desmentem toda a ideia de um progresso necessário que encontraria nas conquistas da ciência uma figura emblemática. Aliás, temos cada vez mais a noção de que o nosso mundo não funciona segundo as grandes ideias gravadas nos frontões dos nossos monumentos. Não é a fraternidade que define as relações entre nações, nem a virtude que conduz ao sucesso. Suspeitamos de que a vida pública não é mais do que simples espectáculo e do que nesse palco se representa como tendo por função encobrir as manobras de bastidores⁹. Com razão ou sem ela, temos o sentimento de viver num mundo doravante desencantado¹⁰.

É a partir deste quadro cultural que temos de compreender a evolução da família. Em suma, as mudanças que se observam neste domínio, de há vinte e cinco anos para cá, não são mais do que uma reacção a um contexto social bem mais lato.

Como governar a própria vida privada e o seu espaço privilegiado, a família, num universo sem pontos de referência fixos e sem futuro previsível? Eis o enunciado do verdadeiro problema. Gerir as respectivas relações familiares "à vista", como fazem os políticos nos negócios públicos, não será a melhor solução? Tal é a situação actual. Mas é preciso ainda saber se ela apresenta uma forte inércia e se se inscreve naquilo a que Fernand Braudel chamou "a longa duração"¹¹.

A inércia das tendências recentes

Não se pode, à partida, afastar a possibilidade de uma resposta negativa a essa questão. Perguntemo-nos, então, se o que observamos obedece às duas principais características de toda a tendência pesada, ou seja, um enraizamento assaz profundo no tempo e um vasto campo de influência explicável pela centralidade da sua posição.

Parece, à primeira vista, que o processo de desinstitucionalização da família se encontra fortemente ancorado no longo prazo. Se os seus efeitos se manifestaram sobretudo no último quarto de século, o seu princípio estava já, na realidade, latente há mais de um século: não começou a privatização progressiva da família desde que o sentimento amoroso alcançou o estatuto de fundamento da união? Quanto ao *familialismo* dos anos cinquenta, ele não constituiu um parêntesis neste processo, mas uma forma particular de recolhimento na vida privada, logo a seguir a uma guerra em que as grandes certezas e seguranças públicas se haviam esboroado.

Finalmente, e como dissemos atrás, esta tendência para a desvalorização das instituições existe muito para além do campo da família: ela rege as atitudes dos nossos contemporâneos face ao trabalho, aos códigos e a todos os constrangimentos sociais. Acrescente-se ainda uma nota importante: essa mudança não afecta unicamente a França, mas também o conjunto dos países europeus e, ainda, toda a área das civilizações de influência cristã.

As instituições exprimiram, durante muito tempo, as condições sociais da sobrevivência colectiva¹². Em seguida, a partir da entrada na modernidade, justificaram as regras sociais da felicidade. Por vezes, impediam certas satisfações imediatas e individuais, mas em benefício de um bem a longo prazo. A imprevisibilidade do futuro, o descrédito das ideias fundadoras de um sentido a longo prazo compelem os nossos contemporâneos a privilegiar as evidências do imediato. Esta forma de racionalidade encerra-nos num tempo sem profundidade.

Procuramos a todo o instante a felicidade, em particular na família, mas o investimento no longo prazo, no mediato, deixou de ser considerado razoável. A navegar assim, "à vista", não sabemos bem para onde vamos; limitamo-nos a contornar os escolhos imediatos.

Não nos parece possível classificar como ligeiro um "habitus" tão englobante e dizer que ele constitui uma moda que em poucos anos abandonaríamos. É preciso considerar como provável que ele resista e perguntar que consequências previsíveis acarretará, no futuro, para a família.

O sentido das inércias

Os anos setenta marcaram uma verdadeira ruptura na evolução da família. É que, de facto, expectativas existentes há muito tempo encontraram, subitamente, a sua "praticabilidade": a autonomia das mulheres, devido à sua entrada em grande número no mercado de trabalho; o controle da fecundidade, através de uma contraceção infalível; a reversibilidade dos compromissos, através de leis mais "flexíveis"¹³. A isto seguiu-se um surto brusco e provisório nas evoluções em curso. A difusão desta "praticabilidade" está, hoje em dia, amplamente realizada e o seu processo de aceleração quase terminado. As mudanças a médio prazo ficarão a dever-se, unicamente, à força da tendência. A partir de agora avançamos pelo efeito da inércia. Esta é, a nosso ver, a principal razão do desaceleramento da evolução. Nestas condições, seria imprudente tomar este desaceleramento por uma pausa estável, menos ainda pela expressão de uma reviravolta.

O que dizer, nestas condições, do futuro da nupcialidade? Na lógica da evolução, o acto de casar perderá ainda mais do seu significado e da sua função de fronteira. Nem as relações sexuais, nem a vida em comum, nem a fecundidade exigirão esse requisito institucional. Quer isto dizer que as pessoas se casarão cada vez menos? Pelo contrário, é possível que o carácter anódino do casamento incite um maior número de jovens a contrai-lo e a fazê-lo mais precocemente. Dado que o significado intrínseco do rito se esgotou, são as consequências práticas da formalidade que irão pesar sobre a escolha entre casamento e simples vida em comum. O casamento torna-se uma questão de oportunidade. Uma modificação do direito social favorável aos que o contraem pode fazer com que, pelo menos durante algum tempo, os índices "disparem", como se observou recentemente na Áustria e depois na Suécia. Acabaria, assim, por verificar-se a hipótese dos que defendem que a última palavra nas opções familiares é de natureza contabilística e se explica principalmente pela racionalidade económica¹⁴.

Será que podemos usar o mesmo raciocínio no que respeita à fecundidade? Estaremos, uma vez mais, perante uma simples questão de cálculo e, assim sendo, pode a política demográfica rectificar a actual tendência declinante? Sem dúvida. Mas esta acção do direito social seria, provavelmente, menos eficaz do que no campo da nupcialidade. Já não se trata, com efeito, de modificar o estatuto de uma união numa população onde esse estatuto perdeu a sua importância. Do que se trata, desta vez, é de uma mudança efectiva da situação: a passagem de um casal sem filhos a um casal com um filho, com dois filhos, com três filhos. Mudança real, por conseguinte, e não meramente simbólica. Aqui as vantagens sociais ainda pesam, mas são menos decisivas.

Pode pensar-se que a fecundidade de escalão I corresponde ainda, pelo menos em França, ao desejo dos casais, e muito especialmente das mulheres, de experimentarem uma dimensão importante da existência: a parentalidade. De resto, esse filho único não altera praticamente os constrangimentos dos pais. É certo que se lhe consagra tempo, mas o seu nascimento é geralmente compatível com a actividade profissional de ambos os cônjuges e, em geral, com o seu modo de vida. Esta facilidade de adaptação encoraja, ou melhor, não desencoraja o projecto de

um segundo filho. Mas então a "carga" revela-se mais pesada; são necessários mais arranjos e esforços para atingir um equilíbrio que a mais pequena doença de um filho ou uma greve escolar comprometem. Torna-se então evidente que um terceiro filho exigiria uma reorganização profunda do modo de vida, em particular da actividade profissional de um dos pais. Mesmo que se encontrasse uma solução prática, a importância dos filhos implicaria uma reestruturação da economia afectiva da família. O seu centro de gravidade encontrar-se-ia deslocado do casal para os filhos. Provavelmente, nada disto é percebido claramente ou calculado com precisão, mas antes nitidamente pressentido e, mais frequentemente, negado. Julgamos, portanto, que a tendência espontânea se prolongará, culminando na diminuição da percentagem dos filhos de escalão 3. Nestas condições, o efeito, razoavelmente esperado, de uma política natalista empenhada e generosa seria manter a situação actual e, no máximo, aproximar ligeiramente o índice de fecundidade do limiar de renovação das gerações.

Do mesmo modo, não é de excluir uma nova diminuição sensível da fecundidade. Bastará considerar os níveis actualmente atingidos na Alemanha e em Itália, para compreender que a estabilização da fecundidade perto do limiar de renovação das gerações não é uma situação definitivamente adquirida.

Seria fastidioso passar em revista os diferentes comportamentos demográficos e questionar a evolução de cada um. Gostaríamos apenas de sublinhar duas tendências que parecem apresentar uma forte inércia e dever jogar um papel decisivo. A primeira relaciona-se com a nova situação da mulher, com a posição de igualdade que ela reivindica e que, em princípio, já não lhe é recusada, com a sua vontade de controlar a fecundidade, com a sua preocupação em preservar as suas liberdades de decisão através da autonomia material. Será esta nova atitude um acidente precário, voltarão as relações entre os cônjuges a ser o que eram logo a seguir à última guerra? Como não ver que nos encontramos, neste aspecto, face a uma situação provavelmente irreversível que continuará a transformar a família?

Por outro lado, e mais genericamente, a passagem da instituição ao pacto conjugal originará uma propensão cada vez mais forte à "leveza" dos compromissos, para usar o vocabulário de Milan Kundera¹⁵, e por conseguinte, a uma maior instabilidade das uniões, tenham ou não sido sancionadas pelo casamento. Daqui se depreende que o modelo biográfico que correspondia a um único ciclo de vida, com uma única família de origem e uma única família procriadora, deixa de ser a norma. O filho pode ser criado pelos dois pais biológicos, depois apenas pela mãe, depois ainda pela mãe e um novo cônjuge. Pode ter irmãos e meio-irmãos, mas também viver na sua nova família com uma criança com quem não tem qualquer laço biológico. Quando adulto, ele terá seguramente coabitado com um ou mais parceiros, antes de se fixar, mais cedo ou mais tarde, pelo casamento. Acaba por nascer um filho, por vezes dois. Mais tarde, a solidariedade afectiva do casal enfraquece. Surgem os conflitos e decide-se, por consentimento mútuo, a ruptura. Em seguida, há que viver algum tempo, sózinho no caso do homem, com um filho ou dois no caso da mulher divorciada. Esta solução provisória dá lugar, na maior parte dos casos, a uma nova união, de direito ou de facto, união essa que por vezes

sanciona um nascimento. Mas os filhos crescem, deixam os pais. Volta-se a viver então só com o cônjuge durante uma vintena de anos. Teve-se, ao fim e ao cabo, muitas vidas sucessivas, feitas de uniões mais ou menos estáveis e de períodos de transição.

Uma tal segmentação do tempo é, de ora em diante, banal. Alguns irão continuar, no entanto, a seguir o ciclo único clássico que conduzia, através de etapas previsíveis, do casamento à viuvez ou ao falecimento. Não obstante, também para eles a ruptura da família constituirá um risco permanente, tido como não negligenciável - quer durante a infância na pessoa dos pais, quer durante a vida adulta na sua própria pessoa. Nessa compartimentação dos episódios familiares, o agente de continuidade para o filho é a mãe. Aconteça o que acontecer, ao menos ela mantém-se solidária com o filho e assegura-lhe um quadro temporal estável. Um inquérito recente do *Institut National d'Etudes Démographiques* mostrava que 50% dos pais sem os filhos a seu cargo perdiam todo o contacto com eles. A mãe surge, desde logo, como a personagem essencial da família. Estas situações confirmam que, pelo menos provisoriamente, entramos num modelo familiar de tipo matrilíneo.

Nestas condições, a situação dos filhos na família encontrar-se-á profundamente modificada. É que a forma contratual, o pacto, não regula somente a solidariedade conjugal. Ela investe o regime geral da família. Os filhos vão, portanto, também eles, negociar desde pequenos um pacto mais ou menos explícito com os seus pais. À falta de critérios consolidados, estes hesitarão entre o permitido e o interdito, ou melhor, reduzirão o campo do interdito ao que põe em perigo a saúde da criança ou o seu sucesso escolar. Continuarão a ser, frequentemente, pouco ou mal compreendidos. O filho não conhecerá, portanto, praticamente quaisquer limites nitidamente definidos às suas expectativas e satisfações.

Mas com a adolescência, ei-lo constringido a afrontar a realidade exterior, a competição escolar, as inevitáveis disciplinas sociais. Ei-lo subitamente desamparado e como que escandalizado. A maioria dos jovens atravessa sem problemas esta prova. Outros, cada vez em maior número, tentam esquivar-se-lhe. Mas as saídas propostas são, por vezes, becos sem saída ou constituem graves riscos: a delinquência, a droga, a doença, o desespero. A família de amanhã continuará, provavelmente, a impôr aos seus filhos uma adolescência difícil e uma juventude arriscada. Os pais não deixaram ainda de se inquietar com os seus filhos.

Isto é o provável. Ele reenvia menos para situações futuras definidas do que para tendências gerais actuais, de forte inércia. Por conseguinte, parece que vamos no sentido de uma família mais fluída, de um pacto conjugal mais frágil, de uma socialização mais difícil. O que é que impede, então, de passar do provável ao certo? É o peso do passado, que se combina com dados imprevisíveis que iremos agora tomar em consideração. É também a história, que nunca se escreve de antemão e cujos constrangimentos os actores podem rectificar. O provável é sempre a condição de muitos possíveis.

Os cenários do possível

Nos próximos tempos, a evolução pode assumir, de facto, formas diferentes. Não chegaremos a uma definição, mesmo que imprecisa, do futuro, partindo unicamente do provável. À tendência pesada observada é preciso acrescentar, sucessivamente, diversas hipóteses que são apenas possíveis. O provável deve combinar-se com o contingente. Torna-se, então, simples possível: descemos ao nível dos cenários. Admitiremos, alternadamente, duas grandes hipóteses: a primeira é que irão ocorrer acontecimentos importantes que ameaçarão, subitamente, o equilíbrio da sociedade global e se repercutirão sobre o funcionamento da família; a segunda, ao contrário, é que a evolução actual se prolongará sem ser perturbada, do exterior, por uma crise grave.

Primeira hipótese: um sismo societal

Trata-se de perguntar que incidências teria, sobre a família, o aparecimento repentino de uma ruptura em domínios que são, já hoje, considerados como estando, a prazo, em risco. Não examinaremos separadamente todas as crises previsíveis: "crack" financeiro e agravamento sensível do desemprego, difusão de uma doença contagiosa mortal, acidente ecológico de grande dimensão, ressurgimento generalizado da violência. São, digamos, situações extremas em que, de súbito, a sociedade ficaria em risco de perder a sua coesão e em que, consequentemente, cada indivíduo sentiria os seus bens e a sua vida ameaçados.

Em que é que a família se transformaria, neste caso? É pouco provável que reagisse mediante um retorno a comportamentos semelhantes aos de 1950, ou seja, num cenário de simples *restauração*. Com efeito, o ambiente social ameaçado exigiria regras estritas de solidariedade familiar e social, interditos rigorosos, na medida em que cada transgressão colocaria o resto da família e do grupo social em perigo. Seria mais um cenário de estado de sítio, digamos, um cenário de "*estado de emergência*" que se desenvolveria. As pessoas haveriam de preocupar-se pouco com os sentimentos e as ideias, mas ser-lhes-ia exigido um conformismo rígido tanto na família como nas outras instâncias sociais. O medo generalizado da morte haveria de bastar, durante algum tempo, para motivar essa transformação repentina das atitudes. A visibilidade do perigo conduziria a normas rigorosas e a sanções brutais. O risco haveria de diminuir à medida que este estado de sítio fosse desaparecendo, sem que se possa afirmar que se retornaria então à situação anterior.

Segunda hipótese: uma evolução tranquila

Deixemos por ora essas hipóteses pessimistas e admitamos que as nossas sociedades conseguem contornar todos os obstáculos que, hoje em dia, parecem multiplicar-se à sua frente. Não há, nesta hipótese, nada de catastrófico. Permanecem os

grandes equilíbrios. O modo de vida dos indivíduos não é bruscamente posto em causa. Que cenários se tornam, então, mais verosímeis?

Poderia chamar-se *balanceiro* ao cenário que parece recolher as preferências de uma boa parte da opinião pública. Tem-se, a seu propósito, a ideia de que constitui um regulador quase automático dos costumes. Todo o excesso conduziria necessariamente a uma reacção. O período de prevalência de um modelo, neste caso familiar, seria doravante aproximadamente de uma geração. Não se insurgem os filhos contra os seus pais? A pai avaro, filho pródigo. A pai hedonista, filho puritano. Estaríamos, talvez, em vésperas de entrar numa nova época "vitoriana". Não há dúvida que o movimento ganharia maior ressonância se os seus partidários se agrupassem e desencadeassem uma ofensiva. Seitas e integristas haveriam seguramente de mobilizar-se para acelerar esta revolução moralista. Haveriam de brandir a ameaça da decadência, pregariam um retorno aos valores tradicionais, ao da família em particular. Assim definido, tem o *cenário balanceiro* reais probabilidades de se concretizar?

Digamos que não temos a certeza de poder excluir a sua eventualidade. Caso não tivesse sido imprimida uma nova orientação aos acontecimentos, um tal cenário beneficiaria, certamente, da representação antecipada de uma crise tida como eminente. A debilidade desses movimentos de opinião fica a dever-se à estreiteza do seu ponto de vista: eles pretendem de facto reformar a família, moralizar o indivíduo, mas parecem ignorar que a procura do lucro, a competição, o egocentrismo são as molas da nossa economia, da nossa vida política nacional e internacional. O que estaria errado aqui, na família, continuaria a ser a chave do sucesso acolá, na sociedade global. Deseja-se reformar a família, deixando a violência regular as outras relações sociais. Estas contradições podem impôr-se provisoriamente: mas não se afigura plausível que elas sejam capazes de fundar uma ordem duradoura sem recurso ao terror.

O mais simples não será então imaginar, sempre na hipótese de uma ausência de crise, que os equilíbrios presentes se irão manter e que aquilo que hoje é possível continuará a sê-lo? Pode conceber-se um *cenário estabilidade*? Não serão já visíveis as primeiras convulsões desse próximo equilíbrio no recente apaziguamento da evolução demográfica?

Mostrámos atrás que o abrandamento muito marcado dessa evolução, em particular no tocante à fecundidade, se deveu à difusão, hoje quase concluída, de práticas que, num primeiro tempo, haviam sido factores importantes de aceleração. Acrescente-se que a "pausa" não atinge todos os comportamentos. Foi entre 1980 e 1991, por exemplo, que a percentagem dos nascimentos fora do casamento teve um aumento mais rápido. Será aliás verosímil a perspectiva de um estado estacionário durável no domínio dos costumes?

A. de Tocqueville mostrou bem que toda a mudança se encadeia, a mais longo ou mais curto prazo, numa outra mudança e que a satisfação de uma aspiração origina o aparecimento de um novo desejo e a obtenção de uma liberdade, a reivindicação de maiores "privilégios". Uma situação de estabilidade espontânea parece, assim, bem pouco provável. A necessária "agregação" dos comportamentos

e das histórias produz efeitos sociais que os agentes individuais, ciosos apenas dos seus projectos, não perceberam e, em consequência, não tomaram em consideração: neste caso, a inflação das aspirações individuais conduz progressivamente à reivindicação colectiva de uma igualdade nivelada por cima. Designamos a perspectiva do autor de "Democracia na América" por *cenário Tocqueville*. A sua concretização pode desenrolar-se em vários tempos os quais, aliás, se sobrepõem largamente.

Num primeiro tempo, portanto, "tudo ameaça tornar-se tão semelhante... que a figura particular de cada indivíduo em breve se perderá numa fisionomia comum"¹⁶. Esta normalização, esta renúncia à liberdade individual, faz com que os homens "submetam desde logo a sua alma a essa servidão necessária"¹⁷. Nestas condições, o Estado governa os cidadãos com extrema facilidade. Já não o faz por via da ameaça e da obrigação, mas sim mediante uma espécie de chantagem à felicidade cujo resultado é "fixá-los irrevogavelmente na infância"¹⁸. Desta maneira, ele garante uma docilidade constante e "reduz cada nação ao estado de simples rebanho de animais tímidos e industriosos, governado pelo pastor". Não seria mais brandindo a ameaça, mas manipulando os desejos, que o Estado haveria de assegurar a sobrevivência de uma sociedade ameaçada de desmembramento. O desejo de igualdade, caso fosse atendido, conduziria à normalização.

A hipótese de uma tal evolução não é monopólio de Tocqueville. Sob formas diversas e com argumentos diferentes, outros, para além dele, detectaram e descreveram esse tipo de aglomerados humanos: Huxley, Orwell, mas também Foucault e muitos outros. E o que é um Estado verdadeiramente totalitário, senão aquele que procura controlar até os pensamentos e os desejos dos seus sujeitos? Se a agregação de comportamentos livres leva a uma anomia insuportável, não é a normalização a tentação mais sedutora para aqueles que pretendem assegurar a sobrevivência do grupo?

Trata-se, é certo, de uma hipótese muito geral, mas podemos aplicá-la facilmente à família. Não constitui esta um dispositivo essencial do funcionamento da sociedade? A fecundidade desejada pelos casais ser-lhes-ia sugerida pelo Estado. O eugenismo tornar-se-ia a regra. O casal haveria de procurar não apenas o controle quantitativo da fecundidade, mas também o seu controle qualitativo. Voltaria a desconfiança em relação a toda a emoção extrema. A paixão amorosa tornar-se-ia provavelmente subversiva. A educação passaria a ser domínio reservado do poder. Em suma, os pais ficariam reduzidos ao estado de simples crianças crescidas.

Que crédito atribuir a este cenário? Pode parecer, à primeira vista, um pouco gratuito e mais sistemático do que verosímil. Não haverá alguma ingenuidade em imaginar um poder político tão hábil e poderoso que governaria a esse ponto as vontades e as opiniões? Não seríamos nós suficientemente críticos para resistir às forças que pretenderiam modificar os nossos desejos e reduzir-nos ao estado de crianças crédulas?

Será hipótese romanesca mas inverosímil, essa representação do futuro? E no entanto não faltam, hoje como no passado, exemplos do poder das indústrias de persuasão. Há meio século, trocávamos da propaganda de Hitler e da sua pretensão

em governar os desejos tanto na família como na sociedade. Está isso assim tão longe de realizar-se? Actualmente, os investimentos publicitários medem-se em milhares de milhões. São feitos por empresas cujos responsáveis dificilmente podem ser considerados como ingénuos. Os seus êxitos, pelo menos os comerciais, são evidentes. Os grandes deste mundo rodeiam-se dos seus conselhos e consideram-nos como auxiliares indispensáveis.

Mas o argumento sem dúvida mais sugestivo em favor da verosimilhança dessa hipótese reside no sucesso dos *media* e de todas as actividades lúdicas que eles oferecem. Os jogos multiplicam-se em todo o lado, os concursos atraem ouvintes, leitores e telespectadores. O insólito e o maravilhoso fazem receita. Porque razão não conseguirá então o poder político, se essas técnicas de persuasão melhorarem um pouco, regular os nossos desejos íntimos da mesma forma que a publicidade orienta já os nossos consumos? É certo que ainda não chegámos a este estado, mas alguns parecem já bem permeáveis a estes novos dispositivos de servidão voluntária.

Conclusão

No final desta análise, estaremos mais elucidados sobre o futuro? Não se reduzirá a inventariação dos cenários possíveis a um simples jogo do espírito cuja única função seria confirmar a impre visibilidade do futuro?¹⁹ Destes cenários, alguns houve que considerámos muito pouco verosímeis. Outros, apenas seriam plausíveis sob certas condições extremas. Mas estaremos certos de ter considerado bem todos os possíveis? E, no fundo, será que tudo isto justifica a atenção de um leitor sério?

A nosso ver, o verdadeiro interesse desses cenários não é sinalizar o futuro mais provável, mas colocar-nos concretamente perante a indeterminação do futuro. Apresentámos, portanto, as diferentes figuras possíveis da história dos próximos anos. A deixar as coisas avançar pelo seu rumo, no futuro irá calhar-nos um desses cenários previstos. Nenhum deles é exaltante. Mas se fossemos impotentes para os conjurar, o melhor seria deixar de sonhar, como muitas vezes fazemos. Para quê estragar o dia de hoje com a representação dos riscos de amanhã?

Se, pelo contrário, nos consideramos capazes de inflectir o provável, então essa inconsciência conformada é a pior das reacções face ao perigo. Nem tudo é possível, mas a própria pluralidade dos cenários infirma a concepção de uma história-destino. Ao mesmo tempo, a simples construção destes cenários obriga-nos a não sucumbir ao provável e convida-nos a imaginar um futuro do qual seríamos os actores, mesmo se, à primeira vista, não podemos prever os seus detalhes. Denominamos este cenário de *poético*, no sentido etimológico da palavra, dado que, também ele, se encontra por inventar e realizar.

Neste momento, talvez breve, em que a história ainda hesita entre muitos futuros, essa última figura da família não é uma maneira capciosa de introduzir um

pouco de optimismo num texto onde ele parece ter escasseado. Para que se concretize, ela exige de facto lucidez e coragem; quer dizer, ela é ao mesmo tempo a mais satisfatória, mas também, sem dúvida, a menos verosímil. Deixemos ainda a A. de Tocqueville a palavra final: "Tenhamos pois em relação ao futuro", escrevia ele, "essa crença salutar que nos faz estar alerta e combater, e não essa espécie de terror mole e ocioso que enfraquece e enerva os corações"²⁰.

Notas

- 1 Alexis de Tocqueville. *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, 1967, p. 105-106.
- 2 Richard Sennett, *La famille contre la ville*. Paris, Encre, 1980.
- 3 Louis Roussel, *La famille incertaine*, Paris, Odile Jacob, 1989, cap. XI.
- 4 Colette Chiland. *Homo psychanalyticus*, Paris, PUF, 1990.
- 5 Bruno Bettelheim, *Les enfants du rêve*, Paris, Laffont, 1971.
- 6 Louis Roussel, "Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés", *Population*, 1987, 3.
- 7 J. Kellerhals, J. Coenen-Huther, M. Modak, *Figures de l'équité*, Paris, PUF, 1988.
- 8 Claude Levi-Strauss, Didier Eribon, *De près et de loin*, Paris, Odile Jacob, 1988, p. 175.
- 9 Jean Baudrillard, *Simulacres et simulations*, Paris, Galilée, 1981.
- 10 Marcel Gauchet, *Le désenchantement du temps*, Paris, Gallimard, 1985.
- 11 Fernand Braudel, "La longue durée", *Annales ESC*, Outubro-Novembro 1958.
- 12 Louis Roussel, *La famille incertaine*, *op. cit.*
- 13 Jean Carbonnier, *Flexible droit*, Paris, LGDJ, 1979.
- 14 G. Becker, *An economic analysis of fertility*, National Bureau of economics, Lemennicier, B., *Le marché du mariage et de la famille*, Paris, PUF, 1988.
- 15 Milan Kundera, *L'insoutenable légèreté de l'être*, Paris, Gallimard, 1984.
- 16 A. de Tocqueville, *op. cit.*, p. 328-335.
- 17 A. de Tocqueville, *op. cit.*, p. 328-335.
- 18 A. de Tocqueville, *op. cit.*, p. 322-327.
- 19 Serge Moscovici, Contribution à la rubrique "Face à l'imprévisible", *Le Débat*, Maio 1990, n° 60.
- 20 A. de Tocqueville, *op. cit.*, p. 322-327